

## A Representação das Populações Indígenas na TV Pública Brasileira <sup>1</sup>

Luísa Martins Barroso MONTENEGRO<sup>2</sup>  
Elen Cristina GERALDES<sup>3</sup>  
Universidade de Brasília, Distrito Federal, DF

### Resumo

O artigo investiga a representação das populações indígenas na grade de programação de três emissoras públicas brasileiras. A análise foi realizada por meio da visualização dos conteúdos, no período de 2008 a 2013. Verificamos quatro tendências na programação plural de qualidade: regionalização, especialização, promoção de debates que encorajem a multiplicidade de vozes e produção de conteúdos por pessoas de etnias às quais aquele conteúdo se destina. No campo dos desafios, identificamos quatro: aumentar e melhorar o acesso à transparência nas páginas; produzir mais conteúdo que tenha como público-alvo as populações indígenas; criar espaços para representatividade de pessoas indígenas no corpo de colaboradores das emissoras; realizar políticas públicas de comunicação que garantam a continuidade da programação.

**Palavras-chave:** radiodifusão pública; indicadores de qualidade da UNESCO; populações indígenas; representação social.

### Introdução

Esse artigo se propôs a investigar a representação das populações indígenas nas TVs públicas brasileiras, a partir do estudo comparado entre três emissoras públicas – TV Brasil, TV Cultura de São Paulo e TV Cultura do Amazonas –, de acordo com os indicadores de qualidade apontados pela UNESCO no documento “Indicadores de qualidade nas televisões públicas – uma avaliação contemporânea” (BUCCI *et al*, 2012). O recorte foi a grade de programação dessas emissoras, analisadas entre 2008 e 2013, com relação à frequência e ao conteúdo.

De acordo com dados do censo populacional, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE –, em 2010, 896 mil pessoas se declararam indígenas no Brasil. Dessas, 315.180 viviam em áreas urbanas e 502.783, em áreas rurais (IBGE,

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no GP Políticas e Estratégias de Comunicação do XV Encontro dos Grupos de Pesquisa da Intercom, evento componente do XXXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

<sup>2</sup> Mestranda da linha de Políticas de Comunicação e Cultura da Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília - UnB, email: [luisambmontenegro@gmail.com](mailto:luisambmontenegro@gmail.com).

<sup>3</sup> Orientadora do trabalho. Professora da Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília – UnB. Doutora em Sociologia pela Universidade de Brasília – UnB.

2010). A pesquisa também revelou que, entre 2000 e 2010, o número de pessoas que se declararam de origem indígena cresceu 1,1% ao ano. No entanto, o total desta mesma população nas áreas urbanas diminuiu em 68 mil indivíduos – a maioria, nas regiões Sudeste e Centro Oeste (IBGE, 2010).

Tais dados revelam duas situações díspares. Por um lado, o crescimento total da população que se autodeclara indígena é consequência, segundo o antropólogo e membro da tribo Baniwa Luciano (2006), de um fenômeno chamado “etnogênese” ou “reelinização”, um crescente interesse “pela recuperação do valor e do significado da identidade indígena” (LUCIANO, 2006: p. 39), ocorrido a partir do início da década de 2000, com a consolidação de espaços de representação do movimento indígena (2006).

De maneira diversa – e considerando que a pesquisa do IBGE incluiu, em 2010, os quesitos etnia, língua falada no domicílio e localização geográfica –, o decréscimo pode indicar que as populações indígenas presentes em áreas urbanas nas regiões Sudeste e Centro-Oeste – com exceção de Mato Grosso – estejam perdendo senso de pertencimento étnico (IBGE, 2010).

Assim, se por um lado a população indígena deseja fortalecer e preservar suas culturas, por outro uma parcela de pessoas isoladas de suas raízes étnicas está perdendo senso de pertencimento. Fazem-se necessários, portanto, mecanismos de valorização das culturas indígenas e de suas tradições, idiomas e religiões. Elementos que consigam alcançar tanto a população indígena em áreas urbanas, servindo como ponto de identificação e fortalecimento de cultura, quanto pessoas indígenas em áreas rurais, para que os diferentes povos possam se reconhecer nas diferenças e similaridades de outros grupos.

A mídia pode ser um instrumento para alcançar tais finalidades, além de funcionar como uma ponte entre indígenas e não-indígenas. De acordo com Couto e Pavan (2010), “um dos meios mais poderosos de luta e resistência dos povos rurais latino-americanos tem sido os meios de comunicação, principalmente a TV” (COUTO e PAVAN, 2010, p.5).

Porém, o espaço para a população indígena nos meios de comunicação comercial é marcado pela invisibilidade e estereotipização (REPRESENTANTES DE COLETIVOS INDÍGENAS DE PRODUÇÃO AUDIOVISUAL *et al*, 2013). Araújo afirma que, na televisão comercial, existe uma super-representação de brancos e loiros e sub-representação de afrodescendentes e índio-descendentes (2010).

Não bastasse a baixa incidência de pessoas indígenas nos meios de comunicação comercial, o pouco espaço oferecido a essas pessoas é preenchido por representações fetichistas e estereotipadas (REPRESENTANTES DE COLETIVOS INDÍGENAS DE PRODUÇÃO AUDIOVISUAL *et al*, 2013). As populações indígenas são massificadas em um só povo e tratadas com um imagético exótico (REPRESENTANTES DE COLETIVOS INDÍGENAS DE PRODUÇÃO AUDIOVISUAL *et al*, 2013).

### **Pluralidade e diversidade**

A TV pública pode ser um meio adequado para a promoção da visibilidade das populações indígenas e preservação de suas culturas. Proporcionar espaços para a pluralidade e para a formação crítica de cidadãos, aliás, é parte da razão de ser das televisões públicas (BUCCI *et al*, 2012). No artigo “É possível fazer televisão pública no Brasil?”, Eugênio Bucci enumera cinco bandeiras estéticas que a televisão pública deve observar. Dentre elas, estão “buscar o conteúdo que não cabe na TV comercial” e “emancipar em lugar de vender” (2010) – ambas alinhadas à necessidade de espaços na mídia pública que abordem e integrem as populações indígenas de forma diversificada.

O dispositivo de criação da Empresa Brasileira de Comunicação – EBC –, a Lei nº 11.652, de 7 de abril de 2008, reflete estas preocupações. Em seu artigo 2º, define os princípios que devem reger a prestação dos serviços de radiodifusão pública. Dentre estes princípios, estão os expostos nos incisos II, IV, VI e IX, que pregam, respectivamente, “promoção do acesso à informação por meio da pluralidade de fontes de produção e distribuição do conteúdo”, “promoção da cultura nacional, estímulo à produção regional e à produção independente”, “não discriminação religiosa, político partidária, filosófica, étnica, de gênero ou de opção sexual” e “participação da sociedade civil no controle da aplicação dos princípios do sistema público de radiodifusão, respeitando-se a pluralidade da sociedade brasileira” (BRASIL, 2008) – todos valores alinhados à necessidade da representação de populações indígenas nos diversos processos da TV pública brasileira.

O artigo 223 da Constituição Federal (BRASIL, 1988) exige a complementariedade dos sistemas público, privado e estatal. Portanto, se a TV dita comercial não apresenta uma representação plural de populações indígenas, ao menos a pública deve fazê-lo. Na América Latina, assim como em outras partes do mundo, televisões públicas já são utilizadas como meio de promoção da cidadania de populações

indígenas. Na Bolívia existe um programa semanal de TV em língua quíchua, voltado para as comunidades indígenas, e no México existe a TV Oaxaca, com programação produzida pelas comunidades indígenas do Sul (COUTO e PAVAN, 2010). No Canadá, em 1981 surgiu a *Inuit Broadcasting Corporation*, culminando com a estreia da *Aboriginal Peoples Television Network – APTN*, em 1999 (ROTH, 2005). Na Nova Zelândia, a TV Maori, produzida e protagonizada pelos Maori, funciona desde 2004 (TV MAORI, 2014). Na Argentina, a Lei de Meios Audiovisuais, sancionada em 2009, realizou concessões de radiodifusão para várias nações originárias, e em 2013 a primeira emissora argentina comandada por pessoas indígenas, a *Wall Kintun*, entrou no ar (PERES, 2013). Na Austrália, a *Walpiri Media Association – WMA* foi criada em 1983 e tem trabalhado com a SBS, o braço cultural da emissora pública australiana ABC, em diversas colaborações de sucesso (GINSBURG in GISNBURG *et al*, 2002). Desde 2007, a SBS mantém um canal indígena, a *National Indigenous Television – NTIT* (NTIT, 2014).

Um estudo realizado em 2010 pela Fundação Cultural Palmares, por ocasião do II Fórum Nacional de TVs Públicas, lança alguma luz à questão da presença de indígenas na TV pública. Segundo a pesquisa, que investigou a programação da TVE Brasil, TV Cultura e TV Nacional, “a programação atual das TVs Públicas expressa um baixo perfil de reflexão sobre o pluralismo cultural brasileiro” (ARAÚJO, 2010, p. 5). No entanto, o estudo, embora envolva a presença das populações indígenas na TV pública, tem como foco a representação de pessoas negras. Dessa forma, a presença indígena fica, por vezes, relegada a segundo plano no trabalho.

Afora este estudo, não encontramos nenhum outro que investigue a presença das populações indígenas na televisão pública brasileira. Nem mesmo o programa “A’Uwe”, pioneiro no país (MILAN, 2013), mereceu qualquer nota. Assim, se faz necessário um estudo que busque compreender e investigar de forma mais aprofundada a situação atual da representação das populações indígenas nas diversas esferas da TV pública brasileira, a fim de contribuir para um melhor entendimento da TV pública no país e proporcionar ferramentas para a construção de uma mídia pública mais cidadã e alinhada aos princípios da pluralidade, livre informação e acesso à cultura (BUCCI *et al*, 2012).

Porém, antes de continuarmos, uma pausa para a delimitação de alguns conceitos que serão abordados ao longo deste artigo. Como trabalharemos com a noção de representação, emprestamos da Psicologia Social o conceito de “representações sociais”.

Representações sociais são porções de senso comum acerca de um determinado objeto, construídas coletivamente e internalizadas pelos indivíduos de uma sociedade (JODELET, 2001). De acordo com Denise Jodelet (2001), esse conhecimento é transmitido, inculcado e modificado por meio da “comunicação social”, entendida como a rede complexa de relações comunicativas entre os sujeitos, constituída de interações “interindividuais, institucionais e midiáticas” (JODELET, 2001, p. 30). Em contrapartida, as representações sociais orientam a comunicação social (2001). Dessa forma, as representações sociais são maneiras de interpretar a realidade cotidiana, instrumentos de que se apropriam os sujeitos a fim de compreender, administrar e contrapor a realidade social. “É uma forma de conhecimento, socialmente elaborada e partilhada, com um objetivo prático, e que contribui para a construção de uma realidade comum a um conjunto social” (JODELET, 2001, p. 22).

Guareschi (2000) sugere que a representação social é ao mesmo tempo individual, pois “necessita ancorar-se em um sujeito” (GUARESCHI, 2000, p. 36), e social, porque existe no âmbito da sociedade. “Ela está na cabeça das pessoas, mas não é a representação de uma única pessoa; para ser social ela necessita ‘perpassar’ pela sociedade, existir a certo nível de generalização” (GUARESCHI, 2000, p. 36).

Em Jodelet, a mídia é um meio de edificação das representações sociais relacionadas à conduta, isto é, a opinião, a atitude e o estereótipo (2001). De acordo com a autora,

Estes [os meios de comunicação], segundo pesquisas dos efeitos sobre sua audiência, têm propriedades estruturais diferentes, correspondentes à difusão, à propagação e à propaganda. A difusão é relacionada com a formação das atitudes e a propaganda com a dos estereótipos. (JODELET, 2001, p. 30)

Assim, a mídia pode ser um agente de edificação de preconceitos. No caso das populações indígenas, Minardi (2012) argumenta que a representação social dos indígenas propagada pela mídia é massificadora e ancorada em noções que remetem ao colonialismo. De acordo com a autora, a mídia retrata o “índio” como um único povo genérico, esvaziando do conceito a multiplicidade de culturas e modos de vida presentes nas populações indígenas brasileiras, ao mesmo tempo em que o apresenta como diferente, marginalizado, preguiçoso.

Por isso, para o segmento desse artigo, é necessário que reavaliemos alguns conceitos relacionados às populações indígenas e delimitemos algumas de suas

características. O termo “indígena”, de acordo com o Dicionário Priberam da Língua Portuguesa, diz respeito a alguém que é natural da região onde habita. Segundo Luciano (2006), o termo surgiu de um erro náutico. Todos conhecemos a História: os europeus tentavam alcançar as Índias e acidentalmente chegaram às Américas. Assim, passaram a chamar os nativos que aqui encontraram de “índios”. Luciano (2006) argumenta que não existe “um povo, tribo ou clã com a denominação de índio” (LUCIANO, 2006, p. 30). O autor sugere, ainda, que o termo é eivado de preconceitos frutos do processo histórico de discriminação. Nesse sentido, “índio” remete a alguém preguiçoso, selvagem, sem cultura, sem civilização, ou, no outro espectro, a um ser romântico, puro, protetor das florestas: o bom selvagem (LUCIANO, 2006). No final da década de 70, com o surgimento do movimento indígena organizado, as populações indígenas decidiram abraçar o termo a fim de esvaziá-lo do sentido pejorativo – atribuindo-lhe o sentido de união entre os povos que habitavam originalmente o atual território brasileiro –, e demarcar a fronteira étnica e identitária entre estes povos e os provenientes de outros continentes, como europeus ou asiáticos (LUCIANO, 2006).

No senso de 2010, o IBGE mapeou as populações indígenas brasileiras: povos indígenas residentes nas terras indígenas, indígenas urbanizados que declaram pertencimento étnico a povos indígenas específicos e pessoas que se classificaram genericamente como indígenas, mas que não possuem identificação com etnias específicas (IBGE, 2010). No caso das últimas, Luciano (2006) afirma que, devido a vários processos históricos de violência, muitos indígenas se afastaram de seus povos e culturas tradicionais. Porém, com a etnogênese e recuperação da autoestima, buscam agora se religar às suas raízes.

Assim, vemos que o “índio” não precisa viver em uma aldeia isolada do “mundo branco” para ser considerado indígena. Uma pessoa indígena pode viver no meio urbano ou rural, pode ou não utilizar instrumentos contemporâneos (como telefones celulares ou chinelos, por exemplo), e pode ou não ter contato com sua população originária. O critério é que essa pessoa considere sua origem étnica distinta daquela da sociedade nacional (LUCIANO, 2006).

No último senso, 896 mil pessoas se autodeclararam indígenas, porém esses dados não incluem populações indígenas isoladas, isto é, que não mantêm contato com outras sociedades (IBGE, 2010). Os dados revelam que existem 305 etnias, falantes de 274 línguas. Com relação à localização, a pesquisa mostra que 305.873 indígenas habitam a

região Norte; 208.691, a região Nordeste; 130.494, a região Centro-Oeste; 97.960, a região Sudeste e 74.945, a região Sul. O estado com maior número de pessoas indígenas é o Amazonas, com 168,7 mil; o de menor, Rio Grande do Norte, com 2,5 mil. Dessa população, 315.180 pessoas habitam áreas urbanas e 502.783, áreas rurais. Das áreas rurais, 57,7% da população mora em Terras Indígenas oficialmente reconhecidas. O Norte é o estado com mais indígenas habitando áreas rurais, e o Nordeste apresenta maior número de pessoas em áreas urbanas.

Em relação às demandas destas populações, Luciano (2006) destaca a superação da ameaça de desaparecimento dos povos indígenas, a reafirmação das identidades étnicas e a reconstrução dos projetos socioculturais dos povos restantes. Destaca, também, a necessidade de políticas para indígenas urbanos, que necessitam de formação e qualificação profissional para se inserirem no mercado de trabalho, e a questão da terra, fonte não apenas de sustento para os índios aldeados, mas de íntima relação com suas crenças e seu modo de viver (LUCIANO, 2006).

No âmbito da Comunicação, as demandas dos povos indígenas se relacionam à imagem do índio nos meios de comunicação comercial, estereotipada e fetichizada (REPRESENTANTES DE COLETIVOS INDÍGENAS DE PRODUÇÃO AUDIOVISUAL *et al*, 2013). O espaço para as populações indígenas é marcado pela invisibilidade e estereotipização. Em julho de 2013, durante o 45º Festival de Inverno da Universidade Federal de Minas Gerais, “coletivos indígenas de produção audiovisual, organizações de apoio à produção indígena, professores e estudantes universitários” (REPRESENTANTES DE COLETIVOS INDÍGENAS DE PRODUÇÃO AUDIOVISUAL *et al*, 2013, p. 1) redigiram um manifesto reivindicando políticas públicas específicas para a produção audiovisual indígena e maior espaço nas televisões públicas.

Resta, por fim, investigar um último conceito que trabalharemos ao longo do artigo – “radiodifusão pública”. Esch e Del Bianco (2013) argumentam que, no sentido clássico, “público” diz respeito ao bem comum, ao universal, ao interesse das coletividades. Porém, na América Latina, a experiência histórica, cultural e cotidiana vincula a noção de “público” à inoperância, incapacidade, lugar de ninguém, ou esfera para realização dos interesses privados dos governantes. De acordo com os autores, a radiodifusão pública em nosso subcontinente se estrutura em dois eixos: a) setores educativo e cultural; e b) agenda governamental e estatal. Entre as décadas de 20 e 30,



surgiram as primeiras emissoras educativas, estruturadas pela noção de que a “modernidade” e o “progresso” acabariam com a pobreza social.

No Brasil, a experiência com a radiodifusão pública orientada pelo segundo eixo começou no início dos anos 40, com a criação das “rádios nacionais”, que surgiram bem paramentadas tecnologicamente (ESCH e DEL BIANCO, 2013). Essas emissoras logo se transformaram em porta-vozes de governos, o que permaneceu inalterado em gestões ditatoriais e democráticas. No início do século XXI, com a emergência ou consolidação de governos de esquerda na América Latina, iniciou-se um processo de reorganização das emissoras públicas, a fim de aproxima-las do conceito clássico de público.

De acordo com o documento “Indicadores de qualidade nas televisões públicas – uma avaliação contemporânea” (BUCCI *et al*, 2012), a natureza das emissoras públicas está em garantir o direito da sociedade “à informação, à cultura, à expressão de suas diferenças, à tematização de suas carências e potencialidades e à livre comunicação das ideias” (BUCCI *et al*, 2012, p. 13). Os autores apontam três características centrais que a mídia deve atender para ser considerada pública: sua propriedade, do ponto de vista jurídico, deve ser pública; seu financiamento deve ser assegurado por regras públicas, de acordo com a legislação vigente; e deve operar de maneira independente, sem se submeter aos interesses e desmandos de governos ou à lógica de mercado.

No caso das televisões públicas, o documento defende que esta deve ser pautada por princípios, políticas e valores que priorizem a pluralidade de vozes, a experimentação da linguagem, a formação crítica e a quebra de estética de mercado (BUCCI *et al*, 2012). Nesse sentido, propõe os seguintes eixos para a avaliação da qualidade nas TVs públicas: transparência de gestão – que envolve a missão da instituição, a administração de recursos e o diálogo com a sociedade –; diversidade cultural; cobertura geográfica e oferta de plataformas; padrão público do jornalismo; independência da emissora e de sua linha; interação com o público; caráter público do financiamento; grau de satisfação da audiência; experimentação e inovação de linguagem e padrões técnicos (BUCCI *et al*, 2012).

### **Como fazer**

Nesse artigo, nossa principal preocupação metodológica é investigar a representação de populações indígenas na TV pública brasileira sob a perspectiva dos indicadores de qualidade propostos por Eugênio Bucci, Marco Chiaretti e Ana Maria



Fiorini para a UNESCO (2012). Para o recorte, optamos pela esfera da grade de programação.

Realizamos um estudo comparado entre três emissoras de televisão pública: a TV Brasil, de âmbito nacional; a TV Cultura de São Paulo, que, em pesquisa encomendada pelo canal britânico BBC, foi considerada como tendo a segunda melhor programação dentre as emissoras pesquisadas (POPULUS, 2013) e a TV Cultura do Amazonas, estado que possui a maior população autodeclarada indígena do país (IBGE, 2010). Delimitamos a grade de programação, de 2008 a 2013, por meio de uma busca nos sites das emissoras. As palavras-chave pesquisadas foram: “índio”, “indígena”, “cultura indígena” e “populações indígenas”. Da mesma forma, enviamos e-mails às ouvidorias das emissoras explicando este estudo e solicitando indicação de conteúdo veiculado no período delimitado. Na análise individual da qualidade de cada emissora, não levamos em consideração conteúdos produzidos por alguma das três TVs e retransmitido pelas outras.

A partir dos resultados obtidos, realizamos uma análise qualitativa das ocorrências encontradas, de acordo com os indicadores de qualidade da UNESCO. Optamos por utilizar tais indicadores, pois acreditamos que a representação não passa apenas pela quantidade de aparições de pessoas de determinada etnia na grade de programação de uma TV. Como defendeu o Coletivo Brasil de Comunicação Social – Intervezes –, no documento “Contribuição ao II Fórum Nacional de TVs públicas” (2009), “não se trata apenas de abrir espaços, mas de estimular e fortalecer processos em que a sociedade se reconheça naquela emissora” (INTERVOZES, 2009, p. 14). Nesse sentido, não basta retratar as populações indígenas, tampouco relegar suas culturas, modos de vida, religiões e idiomas à categoria de curiosidades no horário nobre. De acordo com Bucci, Chiaretti e Fiorini (2012),

A diversidade cultural não está numa orientação paternalista dos conteúdos, mas na presença de uma real polifonia, que reflita a riqueza da vida social. Atenção especial, aqui, deve ser dada às culturas e às manifestações culturais fragilizadas. (BUCCI *et al*, 2012, p. 26).

Assim, investigamos a programação a partir da grade e do conteúdo dos programas disponíveis nas emissoras à época da pesquisa, em relação à intensidade, frequência, temáticas, tipo de participação indígena – fonte, público-alvo ou produtor –, inovações de linguagem e padrões técnicos.

Por “intensidade” consideramos a duração do conteúdo. Frequência foi a quantidade de vezes que aquele conteúdo foi apresentado. Temática englobou os temas tratados diretamente ou tangenciados.

Para delimitar a participação indígena, consideramos como “fonte” conteúdos que tinham as populações indígenas como temática – direta ou indireta. “Produtor” foram conteúdos produzidos em parceria ou integralmente por indígenas. A definição de “público-alvo” foi mais complexa, uma vez que um conteúdo aparentemente destinado a etnias originárias pode ter um tratamento ou abordagem que prioriza como público a população não-indígena. Assim, conteúdos cujo público-alvo primário é a população não-indígena, mesmo que possam atingir de forma secundária ou terciária a população indígena, não foram considerados. Consideramos pertencentes à categoria “público-alvo” apenas aqueles conteúdos que tivessem indígenas e não-indígenas em par de igualdade no direcionamento da mensagem, ou indígenas como público primário. Para ajudar nessa delimitação, consideramos algumas questões: quem apresenta o conteúdo, um indígena ou não-indígena? Qual a linguagem utilizada? A língua falada? O foco está na burocracia ou nos interesses de pessoas indígenas? Apresenta olhar não-indígena sobre as culturas?

Por “inovações de linguagem” consideramos conteúdos que apresentem experimentação na linguagem e formatos que quebrem os padrões impostos pela lógica mercadológica (BUCCI *et al*, 2012). Por fim, “padrões técnicos” dizem respeito à qualidade técnica do conteúdo.

### **Pistas e pegadas**

Dessa forma, observamos que, do ponto de vista da representação das populações indígenas, os conteúdos produzidos pela TV Cultura de São Paulo e TV Cultura do Amazonas têm a maior qualidade. Uma de nossas hipóteses é que a TV Brasil, por ser a última dentre as três emissoras a surgir, ainda esteja experimentando e amadurecendo linguagens e conteúdos. A TV Brasil demonstra abertura de espaço para conteúdos que tangenciem as questões indígenas, mas precisa melhorar seu diálogo com essas temáticas. Além do mais, observamos uma grande discrepância na qualidade dos conteúdos produzidos por essa emissora, o que pode indicar falta de diretrizes que definam e orientem a emissora na produção voltada para a valorização da diversidade étnica.

Percebemos quatro tendências que perpassam a programação plural de qualidade: a regionalização, a especialização, a promoção de debates que promovam a multiplicidade de vozes e a produção de conteúdos por pessoas de etnias às quais aquele conteúdo se destina.

A necessidade da regionalização da produção cultural está presente no artigo 221 da Constituição Federal (BRASIL, 1988) e no inciso IV do dispositivo de criação da EBC, a Lei nº 11.652, de 7 de abril de 2008. Dentre as emissoras analisadas, percebemos que o programa “Nova Amazônia”, da TV Cultura do Amazonas – de programação bastante regionalizada –, é o que melhor desenvolve um diálogo e que melhor trabalha a transição entre os imaginários relacionados às culturas indígenas e não-indígenas. Onde a TV Brasil, de programação nacional, falha em iniciar diálogo, a TV Cultura do Amazonas consegue de maneira natural.

Já a especialização foi observada nos conteúdos de maior qualidade da TV Brasil e da TV Cultura de São Paulo. Conteúdos de programas especializados em temáticas que têm relação com as populações originárias tiveram tratamento mais sensível, plural e menos generalizante.

A promoção de debates que promovam a multiplicidade de vozes também está presente no dispositivo de criação da EBC, inciso II (BRASIL, 2008), mas esse princípio nem sempre foi respeitado nos conteúdos que observamos. De fato, as matérias jornalísticas ou programas de debates de maior qualidade nas três emissoras proporcionaram um espaço de debate entre pessoas indígenas e não-indígenas das mais diferentes posições e formações – lideranças, antropólogos, políticos, burocratas, que detinham diferentes opiniões sobre os assuntos discutidos.

A produção de conteúdos por pessoas de etnias indígenas ou ainda por parcerias entre indígenas e não-indígenas se mostrou um grande diferencial na programação da TV Cultura de São Paulo, no caso do programa “A’Uwe”, e da TV Brasil, no caso da programação de documentários. O que os documentários exibidos durante o período na TV Brasil têm em comum é que são produzidos por indígenas, ou por não-indígenas que convivem há muito tempo com determinadas etnias originárias. Assim, vemos que esse olhar do sujeito inserido acrescenta qualidade e mitiga preconceitos.

Como desafios às emissoras no tocante a uma programação mais alinhada aos princípios da democratização da comunicação, identificamos quatro frentes.

Em primeiro lugar, o primeiro desafio que a TV Cultura do Amazonas e a TV Cultura de São Paulo enfrentam é uma reorganização de seus conteúdos em suas respectivas páginas. De acordo com Geraldês e Sousa, no artigo “As Dimensões Comunicacionais da Lei de Acesso à Informação Pública” (2013), a internet é o foro escolhido para a efetivação da Lei de Acesso à Informação – LAI. O conteúdo produzido por essas emissoras é de interesse público e deve estar disponível, de maneira fácil e acessível, nos seus portais. Da mesma forma, essas emissoras não responderam à nossa solicitação de informação. Geraldês e Sousa (2013) mostram que um dos desafios da comunicação pública é realizar a interação e o diálogo com a sociedade, sem os quais a transparência não se efetiva.

Em segundo lugar, observamos a necessidade de mais conteúdo que se volte às populações indígenas não apenas como fonte, mas como público-alvo, para que a TV pública pertença a essas pessoas, também – já que, afinal, são tão brasileiras quanto qualquer um. Muitos dos conteúdos analisados mostram uma aldeia indígena, por exemplo, dando voz àquela aldeia e sem cometer generalizações, mas a pauta está em interesses não-indígenas, o enfoque é no que o não-indígena pode se interessar em assistir, o objetivo é satisfazer uma necessidade comunicacional de um não-indígena. É necessário desconstruir essa pauta, para que pessoas de etnias originárias parem de ser tratadas pela mídia como estrangeiras em seu próprio país – território que, aliás, habitavam muito antes da chegada dos não-indígenas. Evidente que também deve haver espaço para esse tipo de conteúdo que “apresenta” uma etnia, mas as emissoras públicas não podem se dar por satisfeitas por não estarem generalizando ou estereotipando uma etnia. Tratar a diversidade com respeito e sensibilidade é o mínimo esperado de uma emissora pública de qualidade. A TV pública precisa ir além.

O terceiro desafio que as TVs públicas enfrentam é abrir espaços para a representatividade de pessoas indígenas no corpo de colaboradores. As emissoras precisam inserir pessoas indígenas nas rotinas de comunicação das organizações – nas redações, nas bancadas de jornalismo, na produção de programas e noticiários, nas ruas, apurando notícias. Com exceção dos conteúdos independentes e do programa “A’Uwe”, não observamos representatividade indígena nos profissionais na frente das câmeras ou dentre os nomes listados na produção dos programas. No caso da TV Cultura do Amazonas, estado pertencente à região com maior número de pessoas pertencentes a alguma etnia indígena, essa falta de representação de profissionais indígenas é

inaceitável. Da mesma forma, é preciso abrir ainda mais espaço para que as populações indígenas produzam seus próprios conteúdos, proporcionando não apenas a abertura na grade, mas os meios técnicos, quando necessários.

Por fim, o último desafio que se coloca às emissoras públicas é a questão de continuidade. Nos conteúdos analisados, observamos que, mesmo nos programas que abrem espaço para temáticas relacionadas às populações indígenas, esse espaço é descontínuo e aleatório. A descontinuidade está presente mesmo no caso do “A’Uwe”, o único programa semanal e integralmente dedicado às questões indígenas – e não porque este carecesse de espaço na programação, mas porque foi cancelado durante uma mudança de gestão na Fundação Padre Anchieta. Assim, esse desafio se coloca alheio às emissoras públicas, no âmbito estatal: são necessárias políticas públicas de comunicação que garantam a representatividade das populações indígenas em casos de troca de administração.

## REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Joel Zito. **Onde está o negro na TV pública?** Fundação Cultural Palmares: 2010, 8 p. Disponível em <http://www.palmares.gov.br/sites/000/2/download/pesqtv.pdf> Último acesso: 08/10/2014, às 10:42.

BOLAÑO, César Ricardo Siqueira; BRITTOS, Valério Cruz. **TV pública, políticas de comunicação e democratização: movimentos conjunturais e mudança estrutural.** Revista de Economía Política de las Tecnologías de la Información y Comunicación, vol. X, n. 3, Sep. – Dic. / 2008, 14 p. Disponível em: [http://www.horia.com.br/sites/default/files/documentos/TV\\_Publica\\_politicas\\_de\\_com\\_e\\_democratizacao.pdf](http://www.horia.com.br/sites/default/files/documentos/TV_Publica_politicas_de_com_e_democratizacao.pdf) . Último acesso: 08/10/2014, às 10:58.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil:** promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm) Último acesso: 08/10/2014, 11:02.

BUCCI, Eugênio. **É possível fazer televisão pública no Brasil?** Novos estud. – CEBRAP, nº 88, São Paulo: 2010. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-33002010000300001&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-33002010000300001&script=sci_arttext) Último acesso: 08/10/2017, às 11:12.

\_\_\_\_\_; CHIARETTI, Marco; FIORINI, Ana Maria. **Indicadores de qualidade nas televisões públicas – uma avaliação contemporânea.** Representação no Brasil da UNESCO, Série Debates CI, Nº10: Janeiro de 2012, 35 p. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0021/002166/216616por.pdf>. Último acesso: 08/10/2014, às 09:45.

COUTO, Andréia Terzariol; PAVAN, Maria Angela. A resistência dos canais alternativos de TV: estudo de caso da TV Comunitária de Campinas - Canal 8. Revista Extraprensa, América do Norte, 1, nov. 2010, 21 p. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/extraprensa/article/viewFile/77181/81043> Último acesso: 08/10/2014, às 10:29.

DICIONÁRIO PRIBERIAM DA LÍNGUA PORTUGUESA. Disponível em: [www.priberam.pt/DLPO/](http://www.priberam.pt/DLPO/). Acessado em 02/11/2014, às 13:45.

ESCH, Carlos Eduardo; DEL BIANCO, Nélia Rodrigues; MOREIRA, Sonia Virginia. **RADIODIFUSÃO PÚBLICA: UM DESAFIO CONCEITUAL NA AMÉRICA LATINA**. Revista FSA, Teresina, v. 10, n. 4, art. 4, p. 67-86, Out./Dez. 2013, p. 67 – 86.

GERALDES, Elen; SOUSA, Janara. **As Dimensões Comunicacionais da Lei de Acesso à Informação Pública**. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. XXXVI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Manaus, AM – 4 a 7/9/2013.

GINSBURG, Faye D. Screen memories: resignifying the traditional in indigenous media. *In: Media Worlds: Anthropology on New Terrain*. \_\_\_\_\_, et al. California: University of California Press, 2002, p. 39 – 57.

GUARESCHI, Pedrinho A. **Representações sociais e ideologia**. Revista de Ciências Humanas, Florianópolis: EDUFSC, Edição Especial Temática, p.33-46, 2000.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo Populacional: O Brasil Indígena**. 2010. Disponível em: <http://indigenas.ibge.gov.br/> Acessado em 18/09/2014, às 17:08.

INTERVOZES – COLETIVO BRASIL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL. **Contribuição ao II Fórum Nacional de TVs Públicas**. Brasília: maio de 2009, 21 p. Disponível em: <http://www.cinemabrasil.org.br/site02/iifntvp-intervozes.pdf> Último acesso: 08/10/2014, às 13:32.

JODELET, Denise. Representações sociais: um domínio em expansão. *In: As Representações Sociais*. JODELET, Denise (org.). Editora UERJ: Rio de Janeiro, 2001, p. 17 – 44.

LUCIANO, Gersem dos Santos. **O Índio Brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje**. Série Via dos Saberes nº 1, Coleção Educação para Todos. UNESCO: 2006, 233 p. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0015/001545/154565por.pdf> Último acesso: 08/10/2014, às 10:24.

MILAN, Laine. **Invisibilidade dos índios: a falta de programas sobre as culturas indígenas na TV**. Programa Ver TV: 08/11/2013. Entrevistas concedidas a Lalo Leal. Disponível em: <http://tvbrasil.abc.com.br/vertv/episodio/invisibilidade-dos-indios-a-falta-de-programas-sobre-as-culturas-indigenas-na-tv> Assistido em: 19/09/2014, às 17:32.

MINARDI, Deborah. **Mídia e Representações Sociais Indígenas: Caso do ataque ao acampamento Guarani Kaiowá.** Disponível em <http://www.unicentro.br/redemc/2012/artigos/30.pdf>. Acessado em 02/11/2014, às 16:36.

NATIONAL INDIGENOUS TELEVISION – NTIT. Disponível em: <http://www.nitv.org.au/about-nitv/dsp-default.cfm?loadref=19> Acessado em 21/09/2014, às 14:27.

PERES, João. **Lei de Meios na Argentina abre caminho para indígenas resgatarem cultura.** [Editorial]. Revista Fórum: 19 de dezembro de 2012. Disponível em: <http://www.revistaforum.com.br/blog/2012/12/lei-de-meios-na-argentina-abre-caminho-para-indigenas-resgatarem-cultura/> Acessado em 21/09/2014, às 14:05.

POPULUS. **International Perception of TV quality.** Londres: BBC, Setembro – outubro de 2013. Disponível em: <http://downloads.bbc.co.uk/mediacentre/international-research-data.pdf> Último acesso: 08/10/2014, às 14:20.

REPRESENTANTES DE COLETIVOS INDÍGENAS DE PRODUÇÃO AUDIOVISUAL *et al.* **Carta de Diamantina.** 45o Festival de Inverno da Universidade Federal de Minas Gerais: Diamantina, 25 de Julho de 2013. Disponível em: <http://www.dialogosdosul.org.br/carta-de-diamantina-dos-coletivos-de-audiovisual-indigenas-no-brasil/> Último acesso: 08/10/2014, às 10:37.

ROTH, Lorna. **Something new in the air: The story of First Peoples television broadcasting in Canada.** McGill-Queen's Press - MQUP, 2005, 300 p.

TV BRASIL. Disponível em: [tvbrasil.abc.com.br/](http://tvbrasil.abc.com.br/). Acessado em 06/11/2014, às 15:35.

TV CULTURA DE SÃO PAULO. Disponível em: [tvcultura.cmais.com.br/](http://tvcultura.cmais.com.br/). Acessado em 06/11/2014, às 16:19.

TV CULTURA DO AMAZONAS. Disponível em: [www.tvcultura.am.gov.br/](http://www.tvcultura.am.gov.br/). Acessado em 06/11/2014, às 16:10.

TV MAORI. Disponível em: <http://www.maoritelevision.com/about/about-maori-television> Acessado em 21/09/2014, às 13:56.